

A FALTA DE PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO DO BAIRRO JACUTINGA, NO MUNICÍPIO DE JATAÍ-GOIÁS

Gedeone Ferreira **Lima**¹

RESUMO.

O presente artigo demonstrará possíveis conceituações acerca da falta de planejamento bairro Jacutinga no município de Jataí. Destacando a falta de planejamento urbano, na época de sua implantação. Então se desenvolveu uma pesquisa bibliográfica aprofundada, consultando-se, obras de referências, teses e dissertações, periódicos e de resumo, periódicos científicos que tratam desta temática. Concluiu-se que o processo de desenvolvimento urbano desordenado, pelo qual as cidades brasileiras estão passando, pode estar relacionado à falta de um planejamento adequado, assim acarretando vários problemas ambientais, sociais e ecológicos, modificando a vida das pessoas, prejudicando e alterando a qualidade de vida.

Palavras-Chave: Planejamento, Políticas Públicas Bairro Jacutinga.

1- INTRODUÇÃO.

O bairro Jacutinga, fica localizado na cidade de Jataí. Atualmente possui aproximadamente 1000 residências. Este artigo tem como finalidade apresentar o bairro, e apresentar a falta de planejamento e ainda demonstrar os principais problemas dos moradores em relação ausência do planejamento urbano.

Muitos são os problemas urbanos vividos, principalmente, nas grandes cidades do mundo atual. Os problemas se tornam ainda mais sérios nos chamados países de Terceiro Mundo. Dentre os mais marcantes destacamos aqui: a questão da habitação e a degradação do meio ambiente (MARCONDES, 1999). Um dos grandes desafios que as cidades encontram, é como conciliar a vida urbana voltada para o desenvolvimento ambiental e sustentável.

|Professor Orientador por : Vilson Queiroz Junior Mestre em Geografia

¹ Graduando do curso de Geografia Bacharel, pela Universidade Federal de Goiás- Regional Jataí. Gedeone_ferreira@hotmail.com ,

Planejamento urbano segundo Villaça (1999) é a organização dos espaços urbanos de forma específica, ou seja, desde os planejamentos urbanos até que se cheguem aos atuais Planos Diretores.

Conforme Souza (2004) planejar significa buscar estruturar o futuro das cidades, na busca de prevenções para evitar problemas a fim de ganhar possíveis benefícios. Isso mostra como é importante um bom planejamento dentro das áreas urbanas, para que se desenvolvam de forma estruturada e não se tornem em problemas com o passar dos anos, uma região bem estruturada é uma sociedade tranquila com seu meio ambiente.

A partir do estudo proposto pretendemos investigar e analisar os fatores que moldam o Bairro Jacutinga, nesta perspectiva propõem desmistificar ou concluir parcialmente as configurações e inter-relações existentes no presente bairro com os demais da cidade, em suma serão caracterizados os problemas locais, como a infraestrutura, e alguns pontos culturais existentes no devido setor. Nesta perspectiva será utilizada coleta de dados, bibliografias que abordem a temática, materiais de fontes diversas.

Realizamos entrevista com moradores do bairro, especificamente moradores da Quadra 19, escolhemos esta por estar localizada ao centro do bairro e também por ser uma das quadras que têm o maior número de terrenos baldios.

Vale ressaltar que foi realizada uma visita ao bairro e entrevista com moradores, que apresentou de forma espontânea o que mais agrada no bairro e também os principais problemas. Buscamos também dados na prefeitura local, para agregar valores à pesquisa.

Por fim, na sequência deste artigo são abordados os itens que se referem aos conceitos de planejamento urbano e gestão ambiental, a importância da administração na gestão ambiental, a importância e os objetivos do planejamento urbano na gestão ambiental, e a questão da gestão ambiental e o transporte.

2- PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Pensar o planejamento urbano requer inicialmente compreender o que é uma cidade, quais os motivos reafirmam a necessidade de que ela seja pensada, analisada e planejada.

Segundo Rolnik (1988) a cidade é um fenômeno complexo, feita por homens complexos, tal fenômeno atua como imã, pois opera atraindo pessoas por inúmeros motivos, dentre os quais se pode citar o maior e melhor número de oportunidades ofertados por ela. O surgimento dos excedentes é que propicia a existência da cidade, pois é por meio dele que se torna possível que algumas pessoas se encarreguem de outras atividades, e deixem de serem produtores agrícolas e se tornando consumidores, e fabricantes de outros produtos. Este mesmo excedente passa a alimentar um comércio, logo quem detém o excedente, passa também a deter um poder maior que os demais.

Rolnik (1988) pontua que a forma de organização da cidade cria a necessidade de um poder político. Pois ao se estabelece uma ordem, e para que ela se de como planejado, é preciso uma liderança, que deverá coordenar todo o coletivo, dessa forma a cidade expressa também uma dimensão política, submetendo todos a participar, de forma ativa ou não.

Buscando a construção do conceito de cidade Souza (2003) afirma que é difícil definir o que é uma cidade, e considera que para tal é importante compreender alguns fenômenos que ocorrem em espaços de caráter não rural, atribuindo assim, características próprias de espaços urbanos.

Em leitura realizada por Souza (2003) Christaller foi quem introduziu o conceito de localidade central para definição de cidade. De acordo com ele toda cidade é do ponto de vista geoeconômico uma localidade central, que pode ser de nível maior ou menor de acordo com a sua centralidade, ou seja, de acordo com a qualidade de bens e serviços que ela oferta. Podendo fazer com que ela atraia compradores das redondezas, de uma região inteira, ou até mesmo de países.

Souza (2003) afirma que as cidades possuem uma centralidade econômica, caracterizam um espaço de produção não agrícola. A cidade é também um centro de gestão de território por sediar as empresas, a cultura desempenha um papel importante também, para a produção do espaço urbano. A cidade atua como sede de poder religioso e político e devem ser entendida também com base em interesses e valores, os mais

diversos, formando grupos de afinidade e de interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar.

A organização espacial da cidade reflete aspectos socioeconômicos, assim, as residências também se diferenciam sob o ângulo socioeconômico. De acordo com Souza (2003) no Brasil a renda é a principal definidora dessa diferenciação, porém existem outros fatores que também influenciam como fator étnico. A maioria das pessoas que vivem nas periferias e favelas são afrodescendentes, o que demonstra as consequências de uma liberdade formal, que não possibilitou condições reais de acesso a uma vida digna, gerando um quadro de constante reprodução de pobreza. As diferenciações entre as áreas residenciais de uma cidade refletem, portanto a diferenciação de grupos sociais.

Para Souza (2003) segregação residencial, sempre existiu, contudo o capitalismo é responsável por acentuar este problema, ele traz consigo uma crescente separação de local de trabalho e local de moradia, sendo que o local de moradia dos pobres deverá ser sempre mais distante do local de moradia de todo o resto.

Essa pequena caracterização da cidade, evidencia que o espaço urbano caracteriza-se por sua complexidade de relações, sendo um espaço de manifestações políticas, econômicas e sociais. Nessa perspectiva, pensar a construção da cidade, faz ser necessário, para que a cidade enquanto espaço público atue como instrumento de luta para diminuição das segregações sociais.

Reconhecendo tal necessidade, reafirma-se a importância do planejamento para que os sujeitos tenham acesso a cidade com qualidade de serviços (saneamento, transporte, moradia, luz elétrica e outros) independente de residirem em localidades centrais ou periféricas.

Assim, indaga-se “O que é planejamento (interrogação).” Em trabalho elaborado por Oliveira (2006), cujo objetivo era analisar conceitualmente as diversas maneiras de se pensar planejamento, particularmente com respeito a políticas públicas, focalizando principalmente os problemas de planejamento nos chamados países em desenvolvimento em especial no Brasil, o autor apresenta algumas concepções amplamente disseminadas acerca do planejamento.

De acordo com Oliveira (2006) muitas pessoas entendem que planejamento é uma questão de fazer planos, delegar responsabilidades, se necessário passar leis e determinar o orçamento. No Brasil, o planejamento ainda é visto como uma coisa quase que estritamente tecnicista dominada por economistas e burocratas. Eles assumem que uma vez tendo o plano certo, a implementação sairá automaticamente. Porém, a realidade tem sido diferente: muitos projetos, programas e políticas falham na implementação como planejado ou têm impactos negativos inesperados.

A partir dessa reflexão, algumas compreensões sobre planejamento são apontadas como a de uma primeira escola que vê.

[...] o processo de planejamento de políticas públicas associado a atividades de elaborarem-se planos, com isso envolvendo tomada de decisões políticas, reuniões de discussão, mapas detalhados, modelos matemáticos e cenários, criação de legislação e distribuição de responsabilidades, e ao final se gera um plano. Uma vez que terminem essas etapas, assume-se que automaticamente as ações planejadas serão implementadas e atingirão os resultados esperados, se o plano foi bem-feito e tiver o orçamento aprovado. Assim a avaliação de um processo de planejamento é vista primordialmente sobre a ótica de confeccionar planos. Caso o plano desenhado inicialmente seja bom, o resultado ao final será bom. Se o plano é ruim, o resultado é ruim. O que necessitam as políticas públicas é de bons “planejadores” com mentes privilegiadas e “visão de futuro” para se anteceder ao que vem no futuro e fazer planos corretos que levem aos resultados calculados. (OLIVEIRA, 2006, p.03)

Outra visão de planejamento reconhece o papel da implementação

[...] mas ainda enfatiza a elaboração de planos como chave primordial para o sucesso de políticas públicas. Nela, como na visão anterior, existem bons e maus planos. Porém, segundo essa visão, muitos dos bons planos falham porque houve problemas técnicos na implementação, foram sabotados ou não foram implementados exatamente de acordo com o que foi indicado no plano. Exemplos deste tipo de visão de planejamento incluem alguns planos elaborados na época da ditadura militar no Brasil, como a colonização da Amazônia com a construção de estradas (Transamazônica) e assentamentos (Polonoroeste). (OLIVEIRA, 2006, p.03)

Nessa perspectiva Oliveira (2006) concordando com Najan (1995) relata que literatura de políticas públicas foi um pouco tardia em reconhecer a importância da implementação no processo de planejamento, até mesmo porque os estudiosos de

políticas públicas tinham um viés tradicional das ciências políticas, tendo um foco de análise nos processos legislativos ou administrativos do Executivo.

Oliveira (2006) pontua que neste sentido é fundamental pensar não apenas o planejamento, mas também seu processo de implementação. Segundo o autor

o estudo de implementação requer um entendimento de sua complexidade e de sua interação com o processo de planejamento. O resultado de um processo de planejamento, incluindo sua implementação, tem que ser visto como uma série de eventos aparentemente simples, mas que dependem de uma cadeia complexa de interações recíprocas para que obtenham o resultado esperado, e muitas vezes esta cadeia não pode ser prevista ou controlada. (OLIVEIRA, 2006, p.04)

Ainda considerando as contribuições de Oliveira (2006) vale destacar que no Brasil, planejamento sempre esteve ligado à elaboração de planos e a controle. Podendo assim, ser constatado na história do país a uma grande quantidade de planos que já foram e continuam sendo elaborados como os trienais, decenais, econômicos, plurianuais, de desenvolvimento, regionais, diretores etc. Oliveira (2006) afirma que temos uma cultura de planos, com a ideia de antever e organizar o futuro, como se isso fosse possível de maneira racional e previsível, havendo ainda uma ideia de controle nas propostas. “Quando analisamos as funções das secretarias ou do Ministério de Planejamento percebemos um caráter altamente controlador. Suas atribuições principais sempre giram ao redor de controlar o orçamento e a alocação de recursos para diferentes órgãos estatais e projetos.” (OLIVEIRA, 2006, p.08)

Assim, Oliveira (2006) chama atenção para o fato de que um dos motivos que leva a falhas nos resultados de políticas públicas é a dissociação que se faz entre elaboração e implementação no processo de planejamento de acordo com algumas visões da prática ou escolas de pensamento.

Uma crítica feita por Steinberger (2013) chama atenção para a implementação da políticas, que por sua vez refletem o processo de planejamento, afirmando que neste processo, muitas vezes o “espaço” em relação as políticas públicas implementadas é visto apenas como uma mercadoria. Logo, as políticas implantadas ignoram as especificidades de cada espaço, como se o mesmo fosse inerte e passivo, além disso

desconsidera-se os sujeitos que se apropriam de espaço estabelecendo as mais diversas relações com o mesmo.

Tal análise parte da compreensão proposta por Oliveira (2006) de que o planejamento não é um mecanismo de controle da sociedade e da economia, mas sim, um processo de decisão construído política e socialmente com os diversos atores interessados e afetados pela decisão. Entende-se ainda que essa construção tenha que ser baseada em informações precisas e capacidade de articulação e compreensão do processo e dos temas debatidos pelos diversos atores envolvidos.

Como apontado por Oliveira (2006)

[...] o processo de planejamento tem que ser visto como um processo que, com o tempo, leve à geração de confiança e aprendizado entre os diversos atores envolvidos na decisão para que se aprimorem na tomada de decisão conjunta. Além disso, temos que reconhecer as limitações do planejamento como ferramenta capaz de prever e controlar o futuro, da idéia do “visionário” do líder iluminado. Temos que aceitar o papel do planejamento como construtor e articulador de relações na sociedade ou na organização que busca seu bem comum de maneira ética, justa e responsável. Infelizmente, não temos o poder de controlar e prever o futuro; nem nós nem ninguém.

Uma vez considerado os fatos acima discutidos, esse trabalho se propõe pensar o planejamento no município de Jataí, com um recorte ao setor Jacutinga. Assim, tem-se como objetivo central apresentar os principais problemas referentes a falta de planejamento e políticas públicas do bairro jacutinga.

3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí, junto a Faculdade de Estudos Geográficos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e documental, apresentando os principais problemas referentes a falta de planejamento e políticas públicas do bairro jacutinga, do município de (Jataí-GO).

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e

ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34)

A partir do estudo proposto pretendemos investigar e analisar os fatores que moldam o Bairro Jacutinga, nesta perspectiva propõem desmistificar ou concluir parcialmente as configurações e inter-relações existentes no presente bairro, em suma serão caracterizados os problemas locais, como a ausência de planejamento, e políticas públicas do setor.

Nesta perspectiva foram utilizados coleta de dados, bibliografias que abordem a temática, materiais de fontes diversas e orientações do Prof. Wilson Junior.

A seguir teremos uma imagem do momento da entrevista.

Foto 1 - Momento da entrevista

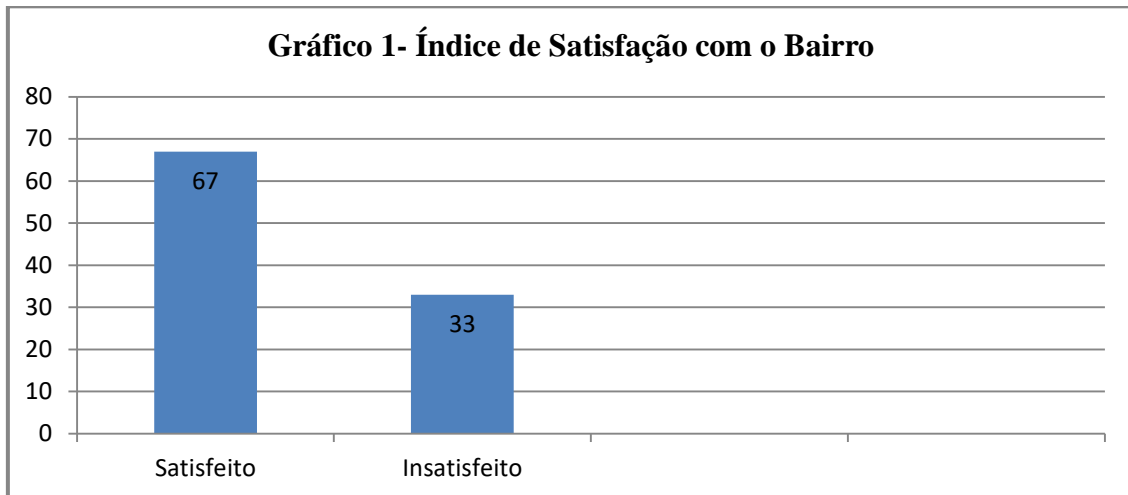


Autor: Lima (2016)

Realizamos entrevista com moradores do bairro, especificamente moradores da Quadra 19, escolhemos esta por estar localizada ao centro do bairro e também por ser uma das quadras que tem o maior número de terrenos baldios.

4- RESULTADOS

Foram coletados dados de 15 residências, haja vista que na quadra onde foi realizada a pesquisa existem vários lotes baldios, e também algumas residências estavam fechadas. A seguir veremos um gráfico da população que se diz satisfeita com o bairro.



Fonte: Autores - Agosto 2016

Analisando o gráfico constatamos que cerca de 67% da população, é satisfeito em residir no setor. A parte satisfeita diz que o setor é calmo, que a vizinhança é muito tranquila e amigável, a maior parte dos entrevistados afirma que o setor oferta vários tipos de comércio, tais como: mercearias, panificadoras, açougues, lanchonetes, oficinas mecânicas, lojas de roupa, escolas creches e lojas de materiais de construção.

A seguir teremos imagens de uma creche e uma escola do setor jacutinga

Foto 2 e 3: Creche e Escola



Autor: Lima (2016)

Foto 4: Praça do setor

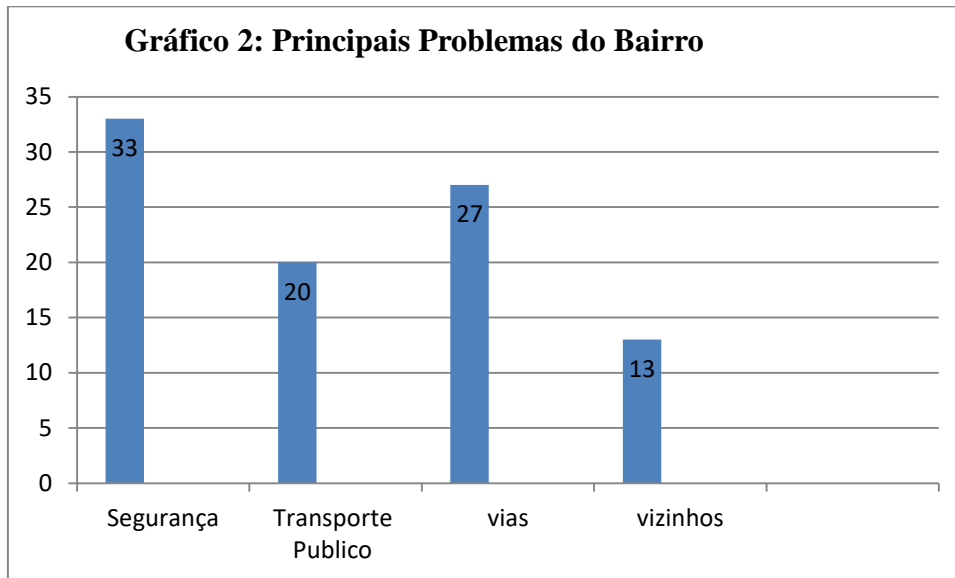


Autor: Lima (2016)

No gráfico percebemos que 33%, dos moradores da quadra 19 são insatisfeitos com o setor, de acordo com um dos entrevistados o bairro é carente de serviços públicos, o transporte público não funciona direito, não existe rede esgoto no bairro, é ainda faz uma crítica, pois o setor que foi construído há pouco tempo, Residencial Cidade Jardim, já possui rede esgoto, academia pública e outros.

A maioria dos moradores satisfeitos são aqueles que moram há muito tempo no setor, encontramos alguns moradores que residem no setor a vinte e três anos, ou seja desde o início da formação do setor. Percebemos também que dos insatisfeitos, a maior parte são de moradores que moram há pouco tempo no setor, com menos de dois anos.

A seguir veremos um gráfico sobre os problemas do Bairro.



Fonte: Autores - Agosto 2016

De acordo com informações coletadas através de entrevista com os moradores, um dos principais problemas é a largura das vias e segurança pública.

Segurança Pública é responsabilidade dos governos estaduais. Esta frase ecoou na arena pública brasileira por muitos anos, respaldada por argumentos legais baseados na Constituição Federal de 1988 que em seu art. 144º faz menção aos municípios somente em um de seus incisos, definindo de modo vago que diz.

“§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei”.

No dia da coleta de dados constatamos que existem vias que possuem menos de 6 metros de larguras, algumas não permite que dois veículos circulem ao mesmo tempo, em sentido contrário. A seguir teremos uma foto de uma via.

Foto 5: Avenida Dr. Jacutinguinha



Autor: Lima (2016)

Como podemos observar as ruas do Bairro Jacutinga são muito estreitas, nota-se que o veículo está estacionado parte na calçada e parte na via devido à largura. Segundo informações de alguns dos entrevistados isso gera um grande transtorno aos moradores, pois impossibilitam a passagem de pedestres nas calçadas, obrigando os mesmo a circularem no meio das vias colocando suas vidas em risco.

Quando foi criado a bairro a Jacutinga, a lei de Parcelamento do Solo Urbano de Jataí, não era tão completa como a LEI N.º 3.069 DE 28 DE JUNHO DE 2010, que determina a largura de vias públicas.

Segundo os moradores do bairro, o transporte público é um problema que cresce diariamente, tendo em vista que a população da região quadriplicou e a frota de transporte público continua a mesma.

“O transporte público coletivo configura “serviço público de transporte de passageiros acessível a toda a população mediante pagamento individualizado, com itinerários e preços fixados pelo poder público” (Guimarães 2002)

Políticas de segurança pública é expressão referente às atividades tipicamente policiais, é a atuação policial “strictu sensu”. Políticas públicas de segurança é expressão que engloba as diversas ações, governamentais e não governamentais, que

sofrem impactos ou causam impacto no problema da criminalidade e da violência (OLIVEIRA, 2002).

O transporte público no Brasil sempre foi alvo de muitas reclamações ao longo do tempo. Na maioria das vezes, as queixas referem-se ao fato de os veículos estarem sempre lotados, às condições ruins dos carros e à baixa qualidade dos serviços prestados.

Portanto, para se modificar e realizar melhorias no transporte público é preciso repensar a questão da mobilidade urbana, para que a necessidade de deslocamento em longas distâncias diminua. Além disso, é preciso repensar a política de investimentos em transporte público, modernizando-o e garantindo o seu acesso à população.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do momento em que conhecemos o Bairro Jacutinga, notamos que se trata de um bairro com características que conferem com os demais bairros de Jataí. Considerando suas particularidades, como evidenciado no trabalho, há alguns problemas relevante, porém, é importante ter em mente as possibilidades de uma melhora.

Sabe-se que alguns problemas são de difícil correção, como o fato das vias públicas estreitas, no entanto, destacamos que há pontos positivos no setor no que se refere a subjetividade da vizinhança, sendo ela amigável.

Notamos que a maioria dos moradores já possui aquela sensação de pertencimento ao bairro, o local que construíram suas afetividades e suas histórias. Contudo é importante chamar atenção do poder público, principalmente no que se , refere as políticas de segurança pública para o setor, preocupação que está latente na fala dos moradores do setor.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Constituição Federal (1988) da República Federativa do Brasil.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GUIMARÃES, Geraldo Spagno. Comentários à Lei de Mobilidade Urbana. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. Políticas Públicas de Segurança e Políticas de Segurança Pública: da teoria à prática. São Paulo: ILANUD, 2002.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In RAP, Rio de Janeiro, 2006.

ROLNIK, Raquel **O que é cidade?** 2ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida. Revisando o tema da pequena cidade: uma busca de caminhos metodológicos. In.: Marafon, Glaucio José, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais**: reflexões inter institucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. Uberlândia-MG: Assis Editora, 2008. p.319-346

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2003. P.23-61

STEINBERGER, Marina Território, ambiente e políticas públicas espaciais. Brasília: Ler Editora/CNPq, 2013